

BANCA

O sindicalista acusa a banca de "ter incentivado os seus funcionários a venderem produtos de risco elevado aos clientes"

FOTO ANTÓNIO PEDRO FERREIRA



Rui Riso Presidente do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas

“A banca não se remodelou. Continua a viver de comissões”

Um dos problemas da banca foi não ter aproveitado a crise para se reinventar e melhor comunicar com os clientes. O número de clientes lesados que reclamam ter sido enganados revela que a banca podia ter feito muito mais desde a crise de 2008, para evitar que mais erros estratégicos e na relação com os clientes se repetam, diz o presidente do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas (SBSI).

Na direção do sindicato desde 2007, Rui Riso assumiu a presidência em 2011, precisamente quando a reestruturação dos bancos mais se agudizou, não só por causa da crise financeira que vinha de trás mas também da crise da dívida que obrigou a banca a capitalizar-se, a cortar postos de trabalho e a diminuir o seu negócio. “O que mais me custa enquanto bancário é que, passados todos estes anos, o negócio da banca não tenha tido qualquer alteração”, afirma em entrevista ao Expresso. “Houve sectores que durante a crise se remodelaram, mas a banca não. Continua a viver de comissões”, afirma, esclarecendo que não está “contra as comissões mas sim, contra o seu volume”.

O presidente do SBSI dá mesmo um exemplo de como os bancos poderiam diversificar as suas carteiras para rentabilizar as suas operações: “Os fundos de pensões privados representam uma quantidade enorme de dinheiro. Um dos países conhecidos por ter grande controlo sobre os fundos de pensões é a Noruega. Hoje muitos desses fundos estão a investir, por exemplo, em energias alternativas. Não estou a dizer que os bancos devam passar a investir regularmente desta forma, mas é apenas mais uma via para não estarem tão dependentes das comissões”.

E não tem problemas em apontar o dedo aos bancos: “Foram cometidos muitos erros no sector financeiro que levaram ao colapso de bancos como o BES, o BPN e o Banif. Muitos desses erros ainda os estamos a pagar hoje.” Sublinha também que um dos

erros passa pelo facto de a banca “ter incentivado os seus funcionários a venderem produtos de risco elevado aos clientes, o que levou a uma ‘horda’ de lesados, de que os mais conhecidos são os do papel comercial do Grupo Espírito Santo”.

Semáforo para proteger clientes e bancários

Questionado sobre se o sindicato está a fazer alguma coisa para evitar que se repitam situações desta natureza, Rui Riso adianta que “atendendo à pressão que foi exercida sobre os trabalhadores dos bancos, o SBSI propôs à Associação Portuguesa de Bancos (APB) que fosse instituído um código de conduta para a venda de produtos financeiros, à semelhança do que fez o banco britânico Barclays”. Contudo, Rui Riso também deputado pelo Partido Socialista e quadro do Crédito Agrícola, lamenta que a proposta “não tenha merecido grande acolhimento”. Mas promete voltar a insistir na ideia.

E de que proposta estamos a falar? Rui Riso explica que uma das componentes “passava por ficar claro que a venda de produtos financeiros de risco não pode fazer parte dos objetivos dos trabalhadores bancários”. Outra das componentes, não menos importante, passava por uma classificação dos produtos consoante o risco. “Propusemos um modelo de classificação por cores, tal como existe relativamente à poupança de energia nas faturas que os portugueses pagam”, esclarece. Ou seja uma espécie de semáforo financeiro, “em que o vermelho representa risco de capital e o verde garantia de capital e juros”. Esta nota, diz, teria dois benefícios: não só o cliente fica logo a saber com o que pode contar, como “protege muito o bancário que os vende”.

O presidente do SBSI afirma que “a pressão sobre os bancários não é materializável porque não há docu-

mento nenhum escrito a dizer que a venda desses produtos faz parte dos objetivos dos trabalhadores e que se eles venderem esses produtos ganham mais”. Mas que “essa pressão existiu, existiu e não deve repetir-se”.

Alerta ainda para o facto de, no futuro, “não poder acontecer o pingue-pongue que tem havido entre o Banco de Portugal (BdP) e a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) quanto a estas e outras ma-

DESEMPREGADOS

Sindicato apoia?

Questionado sobre se o sindicato devia ter um papel mais ativo nas rescisões por mútuo acordo — muitos feitos à força —, Rui Riso afirma que “quando as pessoas abandonam o sector deixam de poder ser nossos sócios”. A lei é assim e “o sindicato não pode recorrer à base de dados dos bancos e estruturar-se há saídas só para dar lugar a entradas com menores remunerações”. E explica: “O que tentamos que aconteça sempre que há processos de reestruturação e redução de pessoal é que se consigam conciliar todas as vontades. Devem ser processos abertos para quem se candidata a sair”. Recorda: “Na primeira fase de diminuição de trabalhadores no BCP fizemos um acordo de *outplacement* (para arranjar trabalho) para pessoas que tinham saído e para os filhos dos nossos sócios em situação de desemprego ou carência. Foi uma ação curiosa que não teve seguimento.” Em 2013 o SBSI tinha 42,8 mil associados, em 2016 o número caiu para 39,7 mil.

térias”. Sublinhando que “o supervisor é o BdP e o regulador é a CMVM que deve, por isso, regular estas situações”. Defende, no entanto, que devem ser os bancos a classificar os produtos como verde (sem risco), amarelo (produtos mistos) e vermelho (os que não têm garantia de capital nem de juros), para facilitar a identificação dos mesmos junto dos clientes e o escrutínio por parte dos supervisores. Desta forma, “se houver queixas o supervisor intervém e analisa se o produto está ou não bem classificado. Se não estiver, o banco tem de ser penalizado”. E acrescenta: “A diversidade dos produtos e a rapidez com que aparecem é tão grande que torna difícil fazer o acompanhamento destes produtos *a priori*”.

A solução encontrada para os clientes lesados do BES no papel comercial do Grupo Espírito Santo — a proposta que existe hoje é igual para todos os clientes — devia ter passado por um controlo maior sobre o perfil dos clientes que compraram a dívida. Esta forma colorida de identificar os produtos poderia ter funcionado. Rui Riso não está contra a solução mas também não a defende. “Devia ter-se analisado o comportamento dessas pessoas dois anos antes dos investimentos que fizeram. Quem queria ter produtos de risco, certamente antes de comprar papel comercial do Grupo Espírito Santo já tinha investido em ativos desse tipo.” Até porque “há clientes que têm um perfil de risco, que gostam de apostar e ganham dinheiro com isso”. Caso diferente é o que aconteceu com clientes que “só tinham depósitos a prazo e produtos conservadores sem risco de capital e, a partir de um determinado momento, aparecem com parte substantiva das suas economias em papel comercial”. E ainda hoje, prossegue “não têm mais produtos de risco, e portanto de duas uma, ou escolheram o momento errado para investir ou foram levados a isso”, remata.

ISABEL VICENTE e PEDRO LIMA
ivicente@expresso.imprensa.pt

“Está a ir-se longe demais”

Rui Riso considera a saída de trabalhadores e o fecho de balcões exagerado. E diz que o sindicato está a fazer inquérito sobre condições de trabalho

A onda de saídas de trabalhadores do sector está longe de terminar, mesmo após anos de emagrecimento forçado. O número de trabalhadores da banca caiu de cerca de 65 mil trabalhadores em 2007 para 47,8 mil no ano passado. São quase 18 mil bancários a menos. Só entre 2011 e 2016 saíram entre 12 mil e 13 mil trabalhadores, refere Rui Riso. O sindicalista atribui esta sangria à crise do negócio, erros de investimento e uma anunciada revolução digital que vai ditar mais saídas. Mas deixa um aviso: “Um dia vamos pagar caro a ausência de trabalhadores no mercado.” Chama ainda a atenção para o facto de “os trabalhadores que ficam não poderem ser sacrificados” pois “o trabalho escravo já acabou há muito tempo”. E quer “assegurar níveis de trabalho adequados”, estando “a trabalhar na União Europeia para proibir pura e simplesmente os telefonemas fora dos horários de trabalho”. Embora conheça bem a realidade do sector quer saber mais. Para isso, o SBSI tem em curso um inquérito, organizado pelo ISCTE, para conhecer as condições laborais dos trabalhadores da banca.

Rui Riso contesta também a ideia de que é preciso fechar mais balcões, sobretudo quando a argumentação

O sindicalista avisa que “um dia vamos pagar caro a ausência de trabalhadores no mercado”

passa pela digitalização da banca. E justifica: “25% do negócio da banca são digitais, mas há muitos anos que é assim. Está a exagerar-se no encerramento dos balcões.” Reconhece que o país “passou por um período de recessão, de diminuição da atividade económica e isso refletiu-se no negócio da banca”, mas também diz que “não podemos acreditar que a recuperação económica se vai fazer apenas através dos projetos apoiados pelos fundos europeus do Portugal 2020, que são tratados de forma informatizada”. Para concluir que “há um universo muito largo de pessoas que precisam de serviços bancários e que está a ser colocado à margem. Há bancos que dão a ideia de que não querem saber dos particulares porque representam pouco do negócio e preferem ter poucos funcionários, para atenderem essencialmente a empresas”. E aproveita para dizer: “Fico muito chocado quando bancos estrangeiros se instalam em Portugal e ficam cá enquanto o mercado português é vantajoso e dá muito dinheiro mas assim que as coisas começam a correr menos bem fecham as portas e vão-se embora.”

As saídas na CGD

Quanto ao corte de trabalhadores e balcões no banco público em 2017, Rui Riso afirma que “temos de saber o que queremos da Caixa” e lembra que “todos os bancos têm fechado agências em todo o lado”. E que a CGD foi a que menos fechou face ao seu concorrente direto o BCP. “O que está previsto na Caixa é reduzir a ida com que as pessoas se reformam. Mas é preciso ver que a Caixa, com esses reformados antecipados, vai ter de injetar mais dinheiro no fundo de pensões.” Quanto ao polémico fecho da agência de Almeida, refere que “deve haver proximidade dos serviços às populações, mas neste caso há lá outra instituição a prestar serviços”.